

“Escola sem partido”: em torno de uma formação discursiva

Anderson de Carvalho Pereira

Resumo

Anderson de Carvalho Pereira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB

E-mail: apereira.uesb@gmail.com

ID <https://orcid.org/0000-0002-1485-0095>

Em Análise do Discurso (doravante, AD) existe o pressuposto de que uma Formação Discursiva (FD) estabelece o que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura. O objetivo deste artigo é investigar o estabelecimento de uma FD a partir da análise do enunciado “escola sem partido”, em circulação no Brasil contemporâneo, em materialidades linguísticas tais como artigos da imprensa, de modo a analisar os efeitos de literalidade (a evidência de um sentido para “sem partido”) e os mecanismos ideológicos ali envolvidos. Como referencial teórico-metodológico é mobilizado o paradigma indiciário, que trata o “dado” como indício e a AD pecheutiana, que estabelece o dispositivo teórico-analítico a partir de questões formuladas pelo analista (pesquisador). Por meio da leitura de várias reportagens veiculadas na mídia *online*, foram definidos recortes, ou seja, unidades de sentido que permitem a análise de relações de sentido em torno do enunciado “escola sem partido”. Concluímos que o estabelecimento de uma FD deixa escapar indícios linguístico-discursivos filiados aos efeitos de literalidade, de *slogan* e de simulacro. E que a formação discursiva em torno do enunciado “escola sem partido” naturaliza uma evidência de sentido que requer um esforço interpretativo; esforço este aqui realizado para deslocar uma superficialidade linguístico-discursiva que aponta para seu modo de tentar consolidar ao nível do imaginário uma impossibilidade.

Recebido em: 09/02/2018

Aprovado em: 06/03/2019

Palavras-chave: Escola sem partido. Educação escolar. Discurso. Políticas públicas em educação.

<http://www.perspectiva.ufsc.br>



<http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e55201>

Abstract**“School without party”: around a discursive formation**

In Discourse Analysis (DA), there is the presumption that a Discursive Formation (DF) establishes what may and must be said in a given conjuncture. This paper aims at investigating the establishment of a DF considering the “non-partisan school” linguistic formulation, present in Brazilian media nowadays, in order to analyze the literacy effects (the evidence of a meaning for “non-partisan”) and ideological mechanisms that are present in this phenomenon. As methodological and theoretical references, this study is based on the clues paradigm, which takes the “datum” as a clue, and on Pêcheux’s Discourse Analysis, which establishes the theoretical-analytical device from the questions formulated by the analyst (researcher). From the analysis of several articles published in online media, we established samples, or meaning units, which allow the investigation of the meanings related to the “non-partisan school” formulation. We concluded that this DF gives away linguistic-discursive clues related to the effects of literality, slogans, and simulacrum. And also that the DF related to the “non-partisan school” enunciation naturalizes an evidence of meaning that requires an interpretation endeavor to shift a linguistic-discursive superficiality which displays its ways of attempting to consolidate an impossibility in the imaginary level.

Keywords:
Non-partisan school; Formal education; Discourse; Public Policies in education.

Résumé**École sans parti »: autour d'une formation discursive**

La notion de formation discursive (FD) dans le cadre de l’Analyse du discours pecheutienne (AD) établi ce que peut et doit être dit dans une conjoncture. Le but de cet article est de vérifier l’établissement d’une FD, à partir de l’analyse de la formulation « école sans parti » dans la sphère de sa circulation au Brésil contemporain, qui compose les matérialités linguistique (constitué par des articles de la presse), en analysant les effets de littéralité (l’évidence d’un sens dans l’énoncé « sans parti ») et les mécanismes idéologiques autour de cet énoncé. Le cadre théorique et métodologique met ensemble le paradigme indiciaire et l’AD, qui traite le « donné » comme un indice, et l’AD qui défend le besoin du *corpus* analytique être guidé par des questions formulées par l’analyste. Le *corpus* a été constitué par des reportages détachées de la *web* et disposés comme séquences discursives, ça veut dire, unités du sens qui permettant d’analyser un réseau du sens autour de la formulation « école sans parti », mene un débat sur cette question. Nous concluons que ayant égard à l’établissement d’une FD, la formulation s’instale à la fois que laisse échapper des indices linguistiques et discursives remontés aux effets de linéarité, *slogan* et *simulacrum*. Et que la formation discursive autour de l’énoncé « école sans parti » soutient une évidence du sens qui demande un effort interprétative mené par l’analyste; un effort qui montre l’impossibilité de tout dire malgré le jeu d’évidence au niveau de l’imaginaire.

Mots-clés:

Ecole sans parti ; Education scolaire ; Discours ; Politique publique en education.

Introdução

A partir do pressuposto de Pêcheux (1993) de que uma Formação Discursiva (doravante, FD) estabelece o que pode e deve ser dito em meio a uma dada conjuntura, abordamos a distribuição de sentidos em torno do enunciado “escola sem partido”, tal como vem se configurando no Brasil contemporâneo¹. O objetivo deste artigo é investigar o estabelecimento de uma FD a partir da análise da formulação “escola sem partido”, em circulação no Brasil contemporâneo, em materialidades linguísticas tais como artigos da imprensa, de modo a analisar os efeitos de literalidade (a evidência de um sentido para “sem partido”) e os mecanismos ideológicos ali envolvidos.

Trata-se de analisar as estratégias discursivas que emergem de gestos interpretativos em que a zona de sentidos em jogo estabelece fronteiras; em meio a um amplo debate há o estabelecimento de uma formação discursiva que indica ocultação, reformulações, paráfrases e também espaços de polêmica. Para isto, é mobilizado o que em AD denomina-se dispositivo teórico-analítico, ou seja, um ou mais conceitos-chave do referencial teórico elencados à medida do desenvolvimento da análise operada pelo analista (pesquisador). Inicialmente, o conceito de FD e à medida do percurso de análise os conceitos de efeito de literalidade (PÊCHEUX, 1993; ORLANDI, 2001), de *slogan* e de simulacro (POSSENTI, 2009 a, b).

Deste propósito mais geral, derivam objetivos mais específicos, a saber: Qual formação discursiva poderia estar em jogo no uso do enunciado “escola sem partido”? Quais sentidos escapam ao que foi delimitado por uma FD à medida do uso do enunciado “escola sem partido” em uma dada sequência discursiva? Em suma, o enunciado “escola sem partido” é analisado como FD; no decorrer da análise, são apontados outros aportes conceituais (efeito de literalidade, *slogan* e simulacro) que também são pertinentes a este enquadre.

Para dar sequência a este debate, estabelecemos como referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso francesa (doravante, AD), majoritariamente pecheutiana, e o dispositivo teórico-analítico acima mencionado como recurso teórico-metodológico. É deste referencial que vamos tratar em seguida por meio das noções de formação discursiva e de interpretação.

¹ A proposta de um projeto de lei que inclui, entre as Diretrizes e Bases da Educação nacional, o “Programa Escola sem partido” e que ficou conhecido como projeto de lei “escola sem partido” aparece registrado como Projeto de Lei no. 867, de 2015, do Sr. Izalci (deputado), na Câmara dos Deputados. Fonte: <https://www.camara.leg.br/sileg/integras/1317168.pdf>. Acesso em 26/2/2019.

Aspectos Teóricos - Sobre o conceito de Formação Discursiva

Quando Pêcheux (2014, p. 227) comenta que à AD interessam no vasto campo da interface entre leitura e interpretação “as práticas do historiador (por exemplo, a história social das mentalidades ou a arqueologia foucaultiana)”, o autor faz referência mais especificamente ao Foucault (2012) *d’Arqueologia do saber* que chama a atenção para o fato de que não se deve buscar as origens dos discursos, mas suas regras específicas de formação de enunciados, mais especificamente suas estratégias de reformulação e de interpretação.

A abordagem pecheutiana do conceito de FD aparece no âmago da discussão sobre a noção de encaixe e de efeito de pré-construído, que em sua principal obra (*Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, publicada originalmente em 1975) vem imbricada em uma discussão mais ampla sobre o embate discursivo do silogismo nas ciências régias (as ciências do “rei”, aquelas que majoritariamente tentam negar o trabalho constituinte do sujeito pela interpretação) e o valor das premissas e das relativas em meio às estratégias de furo do núcleo sintático “duro” destas ciências.

Em meio à natureza filosófica deste debate, Pêcheux (1993) critica a ilusão de pleno encaixe ou de plena coincidência creditada pela ciência régia entre premissas e conclusiva no silogismo clássico; é esta ilusão que sustenta a crença no centro e na origem do sentido. A ilusão de que a retomada do “já dito” é linear e posta numa engrenagem que estabeleceria inclusive uma correspondência direta entre pensamento e linguagem; sendo esta uma das heranças mais eficazes do Empirismo Lógico e de sua disseminação por meio, por exemplo, da Psicologia.

Uma decorrência desta ilusão é o efeito do esquecimento número um. Trata-se de um mecanismo do recalque (no sentido freudiano) que atuaria na crença na origem do sentido e na equivalência ou linearidade convergente de um mundo semanticamente estável, donde também provém a ilusão da literalidade. A literalidade, por sua vez, que aparece como um dos efeitos dos enunciados a serem analisados neste artigo opera pelo apagamento de rastros da História e do alcance da presença do Outro face ao sujeito intérprete. O sentido literal em si, portanto, inexiste, é impossível. Sua assunção é ilusória, de todo modo, razoavelmente necessária, porém nunca neutra ou a-histórica.

É em parte pelo efeito do recalque (alinhado ao efeito ideológico elementar de que “todos somos sujeitos”) que, conforme Pêcheux (1993) é definido o processo de identificação. Inclui-se nesta análise a eficácia do enunciado “escola sem partido”, como possibilidade de tomada de posição do sujeito do discurso identificado com um lugar enunciativo. A

identificação parte de uma evidência, que face à polêmica, disfarça contradições e produz lugares.

Isto porque sob efeito das evidências da ideologia, o interdiscurso se apresenta como uma rede complexa e co-extensiva de formações discursivas relativas às formações ideológicas que suportam essas posições na tentativa de garantir a estabilidade semântica das “coisas a saber” (expressão de PÊCHEUX, 1997). Deste modo, a formação discursiva “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1993, p. 160)”.

Para Guilhaumou (1994), a noção de FD permaneceu uma vez que conservou seu espaço por conta de designar a apropriação do lugar do sujeito entre a base material do imaginário e a linguagem, permitindo o deslocamento do discurso como objeto da História em direção a uma problemática de estratégias discursivas.

Esta pluralidade de estratégias indica que esta noção não é entendida como um sistema de representação que somente indica a lógica de um discurso dominante. O próprio Pêcheux afirmava ser necessário encerrar com a concepção de FD como bloco homogêneo, ao utilizar a postura espinosista da contradição e ao inserir o jogo com a ideologia dominada, cujo alcance é a postura atual de repensá-la no plano da discussão sobre exclusão social. (GUILHAUMOU, 1994). Complementamos afirmando que este dispositivo conceitual também evoca a máxima pecheutiana da identificação do sujeito no registro do imaginário com a própria FD que o assujeita (PÊCHEUX, 1993).

Para Guilhaumou (1994) esta natureza do conceito carrega uma implicação ética, pois aborda a identificação do “eu” determinado e também autônomo na sua liberdade de interpretar. Não se trata, portanto, de se interrogar puramente sobre a preservação desta noção conceitual, mas de considerar o quanto esta poderia levar em conta a postura interpretativa do pesquisador.

Possenti (2009a), por sua vez, argumenta que quando Pêcheux (1993) teoriza sobre a dependência da FD em relação ao interdiscurso reformula a noção de pressuposição, para estabelecer que mesmo que haja vários pré-construídos postos a circular pelo interdiscurso, somente os “aceitáveis” em um dado lugar do imaginário podem ser selecionados.

Sem nos adentrarmos na rica discussão de natureza epistemológica trazida pelo autor é crucial para este trabalho lembrar que existe uma relação entre interdiscurso e FD, a saber: “enfim, parece mais adequado propor que, para cada FD, há um conjunto de pré-construídos (discursos transversos, etc.) no interdiscurso, aos quais um sujeito pode ou deve recorrer” (POSSENTI, 2009a, p. 158).

Um desses modos de recorrer é inicialmente teorizar o efeito de literalidade de que “partido” se refere à política partidária. Esta evidência pode ser entendida conforme a noção althusseriana de interpelação tão explorada por Pêcheux (1993) e que impede de falar “X” pela evidência de “Y”. Esta interdição impõe uma compulsão a interpretar de uma região do sentido, que se desdobra em paráfrases. Voltaremos a isto na análise.

Em suma, Pêcheux (1993) explica que o pré-construído indica o “sempre-já-aí” (expressão do autor) da interpelação ideológica. Ou seja, há um efeito de antecipação constituinte do sujeito. O pré-construído sustenta a relação entre realidade e sentido sob a forma da universalidade; ao passo que a articulação determina a forma-sujeito.

Em outras palavras, o que corresponde a este efeito “já aí” acerca do lugar sociopolítico da escola, no caso da nomenclatura “sem partido”? Pelos pressupostos até aqui apresentados já nos é permitido afirmar que é impossível que em meio ao jogo da possibilidade de substituição entre significantes em uma FD se possa identificar um caminho de “equivalência”, ou seja, tal que A e B “possuam o mesmo sentido” na formação discursiva considerada, e de “*implicação* – ou possibilidade de substituição orientada (PÊCHEUX, 1993, p.164)”, uma vez que a substituição de A-B por B-A não é plenamente equivalente. Desta forma, “escola sem partido” não equivale plenamente a um partidarismo político; o que quer dizer que há um equívoco caso afirmado que “sem partido político” é uma formulação que abrange todos os sentidos de “escola sem partido”, no sentido de uma lacuna ainda possível de ser interpretada. É esse lugar da não equivalência que propomos interpretar.

Esta teorização é importante porque o enunciado “escola sem partido” aparece por efeitos de sentido que sustentam posições aparentemente universais e em que é sustentada a aparência de uma voz única entre todos que em tese partilhariam de forma clara, transparente e homogênea de um lugar na linguagem. Para a AD, esta homogeneidade plena é da ordem do impossível uma vez que nunca um sujeito diz somente “X”, mas emerge por um lugar sujeito a uma interpretação, em função do que pode e/ou deve ser dito (em uma FD). A disputa pelo sentido comporta sempre sua própria constituição em curso e uma tomada de posição.

A tomada de posição nunca é, portanto, original; ela depende da forma como o interdiscurso é veiculado. Em meio a este campo do debate, em termos pecheutianos resgatamos o foco de nossa análise, a saber: investigar como a FD indicada pela circulação “escola sem partido” veicula sentidos dominantes e como o interdiscurso determina essa dominação. Este *modus operandi*, porém, é recuperável somente em parte.

Deste modo, o estabelecimento na análise de uma FD depende da interpretação dos efeitos de sentido comprometidos com a linearização e com o disfarce de sua possibilidade de

deriva². É o que aparece no trabalho de consolidação do discurso midiático também tomado como objeto de análise; sob uma perspectiva que não desconsidera os determinantes do discurso jurídico na assunção do sujeito posto em questão pelo enunciado “escola sem partido”. O apagamento do jogo contraditório, da polissemia com o sentido não garante, entretanto, que não se entrevejam indícios de deriva dos enunciados.

A noção de FD permite começar um exercício de interpretação sobre efeitos de sentido delimitados por meio de nomeações, neologismos, que no cotidiano (seja pela panfletagem, pela militância, pela mídia e nas ações do cotidiano em geral) parecem estabelecer fronteiras, muito em função da aparência de literalidade a que se referem. A noção de FD, portanto, tem este valor estratégico; o valor de permitir o início da análise pela literalidade que aparenta. Destacamos esta possibilidade também porque no quadro da AD, a noção de FD também ficou deixada um pouco no plano de uma suposta segunda época voltada ao assujeitamento, em que não se teria chegado ao devido aprofundamento sobre as questões do “outro” sobre o mesmo, da alteridade aprofundada mais adiante (na chamada terceira época da AD) com os estudos sobre heterogeneidade discursiva. Não é este o foco do debate. Afinal, temos uma pergunta sem resposta definitiva, mas apenas marcadora do início desta análise: de que maneira “escola sem partido” define uma FD?

Elegemos este dispositivo teórico-analítico porque “Escola sem partido” permite debater o valor Ético na Educação pela discussão sobre as possibilidades de dizer e a aquiescência do que aparentemente tem que ser dito em meio aos sentidos sustentados pelos discursos. Por conta disso, trataremos mais especificamente desta configuração de um sujeito intérprete e estrategista político. Um lugar que afirmamos estar assujeitado a outras interpretações e não apenas àquela que aparece como literal. É este o papel do analista de discurso (pesquisador). Apontar outras possibilidades de interpretação.

Por meio deste dispositivo conceitual perguntamos também: o que aparece como efeito de pré-construído acerca da escola? O que esta FD possibilita ou interdita? Estas questões nos obrigam a debater com um pouco mais de cuidado a questão da interpretação em AD, tanto do ponto de vista de um aporte constitutivo do sujeito quanto do ponto de vista da relação que se estabelece com a metodologia aqui utilizada.

² A deriva é caracterizada pelo pressuposto de que “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente” (PÊCHEUX, 1997, p. 53). Além da apresentação conceitual ora apresentada, queremos notar que a condição “a não ser” indicada pelo autor é relevante para o caso aqui analisado, uma vez que a tensão entre um universo semanticamente estabilizado faz parecer não haver possibilidade de deriva dos enunciados.

A interpretação em Análise do Discurso

Para Pêcheux (1997) em algumas ocasiões a noção de FD em Foucault passou a correr o risco de apagar as agitações que provocam nas redes de memória sócio-histórica quando se delimita um *corpus* de análise. Nas palavras do autor:

A noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora (PÊCHEUX, 1997, p. 56).

É deste desafio que tratamos nesta seção. Em meio à profusão de significantes em torno da nomenclatura “sem partido”, o que recortar de tal modo que inclua o jogo com os sentidos?

O próprio Pêcheux (1997) adianta que a AD não perfila um caminho de exatidão objetiva, mas procura interpretar tomadas de posição em duas dimensões (ética e política) que estão firmadas em uma conjuntura e organizadas em função de processos de identificação e filiações a redes de sentido sócio-históricas. Deste modo, interessa-nos analisar que posição um fragmento de enunciado assinala quando estabelece uma relação entre sujeito e sentido.

A postura do analista é a de tomar o estranho no cotidiano como parte de suas decisões estratégicas que seguem o movimento de retornar ao “já dito” - na linha, a nosso ver, da postura venatória apontada por Ginzburg (1989) comprometida com a retroação ao passado – e se aproximar do cotidiano estranhando a presença do Outro.

Para Pêcheux (1997), a relação com o ordinário havia sido deixada de lado pelo estruturalismo. Resgatá-la não deve recair em nenhuma “ontologia marxista” e nem em um ditame “positivista”, mas partir do pressuposto que uma descrição já é uma interpretação por conta do equívoco da língua e do fato de que o “outro” é um fundamento da existência de um real das “coisas a saber” e que no final das contas confrontar-se com este desconhecido (das coisas a saber) é um engajamento ético e político.

Parte desse compromisso ético e político é se engajar no trabalho com as materialidades discursivas “implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido” (PÊCHEUX, 1997, p.49).

Deste modo, a citação acima nos permite refletir que o *corpus* em questão faz parecer que se trata de posições que abordam com clareza um “objeto” discursivo em comum a partir de posições opostas, e do ponto de vista da clareza do efeito transparente e dominante de “partido” apenas como opção “político-partidária”. Se não há segurança sobre o “saber do que

se fala”, conforme Pêcheux (1997), e mesmo assim constroem-se mecanismos de manutenção desta ilusão, como estariam firmadas estas redes de filiação que garantem esta ilusão de que se fala tal e qual se pensa ou se age, em comum ou não, no caso da rede de sentidos em torno de escola “sem partido”?

Por conta dessa questão consideramos com Orlandi (2001a) que a postura do analista ao lidar com o jogo entre sujeito e sentido é de tentar abordar parte da dimensão do equívoco que tornou possível uma regra, um modo de se atribuir um sentido ignorando a possível deriva para outros. Uma vez que, como já apontamos, há um equívoco em afirmar que “sem partidarismo político” equivale a “escola sem partido” buscamos analisar de que forma este equívoco disfarça suas falhas no ritual discursivo e impõe uma regra, impõe a regra de ouro analisada pela AD, de que enunciar “X” requer silenciar “Y”. Ao serem produzidos sentidos sobre “sem partido” no cotidiano (PÊCHEUX, 1997), produzem-se distanciamentos entre o gesto do analista e o gesto do leitor (intérprete) do sujeito comum.

Nas palavras de Orlandi (2001a, p. 84):

O gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico enquanto o gesto do sujeito comum é determinado pelo dispositivo ideológico. Sem esquecer que determinar significa ser constitutivo e não relação de causa/efeito, muito menos mecânica. Nos dois gestos temos mediação. Mas a mediação da posição construída pelo analista não reflete, ao contrário, trabalha a questão da alteridade. Na mediação do dispositivo ideológico, o sujeito está sob o efeito do apagamento da alteridade (exterioridade, historicidade): daí ilusão do sentido lá, de sua evidência.

O apagamento da alteridade que sustenta o efeito de sentido literal ao sujeito ordinário ocorre porque conforme Orlandi (2001a, p. 85), o sujeito intérprete do cotidiano “não reconhece o movimento da interpretação, ao contrário, ele se reconhece nele. Ou melhor, ele se reconhece nos sentidos que ele produz. É, no entanto, a possibilidade de contemplar o movimento da interpretação, de compreendê-lo, que caracteriza a posição do analista”. Este sujeito intérprete é aquele que aparece nos recortes que selecionamos, recortes estes retirados de jornais e *blogs* presentes na *web*, bem como de parte da legislação em processo de votação sobre o tema.

Queremos apontar que no debate em torno de “Escola sem partido” já há um exercício de leitura (interpretação), na esfera ordinária da polêmica. Mas de que maneira a interpretação do analista de discurso (pesquisador) pode desvelar implícitos, apontar efeitos de distribuição de sentidos; como pode analisar os jogos de dominância entre um lugar e outro?

A postura do analista é explicitar parte do jogo de produção dos sentidos em torno de uma dada questão (ORLANDI, 2001a). Ao percorrer parte desta rede de sentidos e deste jogo político, o analista também se compromete com uma discussão de natureza ética em torno do

compromisso com a interpretação da literalidade que parece evidente. Trata-se de uma abordagem do “dado” em AD, como mostraremos adiante.

Metodologia

Um rápido aceno na internet e se percebe o debate polêmico em torno do projeto de lei “escola sem partido”. Aparentemente reduzido à suposta rivalidade entre posições político partidárias à esquerda ou à direita, o projeto de lei³ e as várias manchetes e reportagens que se disseminam em torno deste chamam a atenção pela atribuição de sentidos sobre o que é/seria a “escola sem partido”; além disso, manchetes ou chapéus de notícias parecem indicar o que escapa à evidência de um efeito de literalidade que reduziria a polissemia da formulação a uma suposta dicotomia partidária. Este tom esclarecedor foi um dos primeiros estranhamentos a partir dos quais teve início a seleção dos recortes.

Esta profusão candente dos sentidos decorre do fato de que “a matriz do sentido não é a palavra ou o enunciado, mas uma ‘família’ metafórica ou parafrástica conforme se trate de palavras ou de enunciados” (POSSENTI, 2009b, p. 140). É este o papel do discurso jornalístico em certa medida, aquecer o estabelecimento de zonas de sentido por meio da reprodução parafrástica.

Concomitantemente, à distância, à parte, “fora” existe um tipo de interpretação lingüística (ORLANDI, 2001). É em busca de discutir este lugar do intérprete que vamos analisar neste trabalho a atribuição de sentidos em torno da nomeação “escola sem partido”. Para retomar Possenti (2009a), cabe perguntar: de que modo sentidos pré-construídos estabelecem uma evidência no fio do discurso em torno de “escola sem partido”?

É pelo enquadre destas delimitações que buscamos comentários, reformulações, que foram interpretados como pistas indicativas do que poderia e/ou deveria ser dito a partir de uma delimitação de uma zona de sentido supostamente polêmica.

A natureza dos dados a serem analisados pelo analista (pesquisador) indica que estes “são os objetos de explicitação de que se serve a teoria discursiva para se construir como tal; os dados são os discursos. Os discursos, por sua vez, não são objetos empíricos, são efeitos de sentido entre locutores, sendo análise e teoria inseparáveis” (ORLANDI, 2001a, p. 37/38).

Conforme Tfouni (1992), os “dados” são também indícios, que apontam a natureza constitutiva do sujeito pela linguagem. A interpretação é, portanto, um exercício constitutivo, de natureza venatória (GINZBURG, 1989), sem o qual não há inscrição no simbólico.

³ Optamos por anunciar “o projeto de lei” neste momento anterior à análise, mas não ignorando a quantidade de propostas legislativas que cresceram nos últimos anos no país. Esclarecemos que não é nosso objetivo nos atermos ao efeito parafrástico desta materialidade linguística, nem tampouco buscar uma “origem” do projeto de lei.

Em suma, os dados não existem em si, mas existem condizentes a um gesto teórico-analítico prévio, de indagação, de formulação de uma questão principal, porque resultam de um apporte na condição do gesto de interpretação do analista na tentativa de remexer essas redes de sentido. Ao traçar este percurso, o analista opta pelo estranhamento de partes dessa rede de sentido e utiliza como recurso o recorte, a saber: “uma unidade discursiva – fragmento correlacionado de linguagem e situação” (ORLANDI, 2001b, p. 139).

O recorte é orquestrado por uma dimensão discursiva e textual mais ampla comprometida com suas condições de produção, condições de possibilidade de se dizer a partir de um lugar da rede de sentidos que considera o outro na produção de efeitos entre posições-sujeito do discurso. Em suma, o recorte remete ao alcance menos imediato e mais comprometido com a polissemia do sentido do que com um valor comunicativo ou informativo (ORLANDI, 2001b). É pela apresentação de recortes que vamos acompanhar a análise.

A análise

A análise que segue resulta de textos da imprensa em que circulam sentidos de “escola sem partido”. O sentido dominante, muitas vezes, indica “sem tomar partido”, “sem tomar posição”, “sem partidarismo político” fazendo parte de uma assepsia a que o discurso jornalístico parece almejar que não desconsidera na totalidade seu espaço de polêmica.

O *corpus* de análise indica também o sentido de que é impossível não se ter uma escola comprometida com uma posição, e que este comprometimento não está atrelado de forma tácita ao sentido de partido de esquerda ou de direita. Igualmente, estabelece para este outro rumo do sentido questões também inerentes à amplitude da polissemia em torno de “sem partido”. Entendemos esta problematização como decorrente de um olhar analítico sobre a interpretação do leitor comum, aqui a ser analisado.

Após a construção de um *corpus* formado por dizeres dispersos, nossa análise caminhou pelos meandros da retomada do dispositivo teórico-analítico e do debate sobre: a) sentido literal; b) efeito de *slogan* e c) efeito de simulacro. Podemos notar que embora nosso foco seja a discussão em torno da consolidação de uma formação discursiva, tornou-se inevitável discutir o âmbito de outras questões caras à AD. Vejamos:

a) Sentido literal

A partir do resgate dos pressupostos pecheutianos apresentados acima, também destacamos as contribuições de Possenti (2009b) e de Orlandi (2001b) acerca da noção de sentido literal. Possenti (2009b, p.190) argumenta que “o sentido literal não é o único sentido existente, de todos os associados a palavras, frases, a textos”. Conforme o mesmo autor, há

argumentos historicamente consolidados a favor do sentido literal como o de que ele não pode ser confundido com o convencional, com a polissemia das palavras, com sentido preciso e exato, nem exigir que seja total, original e universal.

Mesmo assim, considera o autor, muitas questões ligadas ao sentido literal extrapolam sua discussão e sua precariedade estaria em afirmar o que não é o sentido literal. Mais adiante, o autor considera que o sentido não está no texto e que este depende da enunciação. Mesmo que admita que a enunciação impõe que não haja sentido literal porque o sentido depende do histórico e do social predominam as repetições que pretendem reforçá-lo.

Orlandi (2001b, p. 144, grifos da autora), por sua vez, afirma:

Não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a *dominância* de um deles. O sentido literal é um efeito discursivo. O que existe, é um sentido dominante, que se institucionaliza como produto da história: o “literal”. No processo que é a interlocução, entretanto, os sentidos se recolocam a cada momento, de forma múltipla e fragmentária.

No primeiro recorte vemos como se consolida o sentido literal de “sem partido” como ausência de tomada de posição político-partidária. Segue:

Recorte 1- “Um professor distribui para seus alunos, no dia de uma prova, manifesto político contrário à situação do Brasil. No documento, afirma que cabe aos estudantes brasileiros uma parcela de responsabilidade pela definição dos destinos da sociedade num momento grave de crise. Os estudantes, afirmava o professor no documento, tinham a honra de defender a democracia e a liberdade. Organizadores do Programa Escola sem Partido querem proibir professores de professarem, dentro de sala de aula, suas opiniões e convicções políticas. Não existe liberdade de expressão no exercício da docência, dizem os defensores da proposta. Portanto, o exemplo do professor que distribui um manifesto em sala de aula seria visto como doutrinação e poderia ser coibido se aprovada a proposta (PL 867/2015) do deputado federal Izalci (PSDB-DF). (retirado de: <https://jota.info/artigos/supremo-e-um-recado-para-quem-defende-escola-sem-partido-23062016>. Acesso em: 8/2/2018; grifos nossos)

Temos um efeito de sentido literal visto em “professores de professarem”. Parece óbvio que o “professor professa”. Soma-se a isto, o fato de que está ocultado o objeto da ação; há um apagamento do referente de forma semelhante à conduzida pelo discurso pedagógico (cf. ORLANDI, 2001b). Em seguida, temos o “professor que distribui um manifesto em sala de aula seria visto como doutrinador”. Por meio de ambos os enunciados, temos no primeiro uma FD “escola sem partido”, que se inclui na formação ideológica que torna tácito o sentido de que nesta conjuntura “professores professam” e “professor que distribui um manifesto”.

Neste último enunciado, percebe-se que temos o uso de uma relativa; não se trata de todos os professores, mas “professor que distribui manifesto”. O uso desta relativa retira o sentido evidente, literal, de “todos os professores”, o que sentenciaria uma cadeia interpretativa fechada. Além disso, o uso do verbo no pretérito imperfeito (“seria”) marca a tentativa de controle de uma contingência; tal como “se distribui um manifesto é doutrinador”

versus “se não distribui um manifesto não é doutrinador”. O manifesto indica contrariar, contrapor, questionar. O sentido de “professar” também indica uma missão, uma doutrinação. Porém, o caso relatado se refere ao professor que “distribui manifesto político contrário à situação do Brasil”. Há uma deriva em “situação do Brasil”, posto que deixa a interpretação em torno de “crise” em aberto. O sentido de “crise” é um sentido que retroage com “situação do Brasil” para a qual não há lugar totalmente definido no interdiscurso. Afinal, a qual “crise” pode se referir contingente de qual “situação do Brasil”?

É por este caminho, todavia, que os sentidos em disputa neste recorte distribuem lugares de interpretação marcados por evidências. A distribuição de sentidos sobre professores recorta, delimita uma região de sentido literal, qual seja: “professor professa posição política” (literalidade). Porém, deixa em aberto uma lacuna interpretativa. Poderíamos resgatá-la da seguinte forma: parece óbvio que o professor professa. Porém, há uma abertura do sentido em relação ao que professar. No recorte, é enunciada a proibição de professar “suas opiniões e convicções políticas”. Neste ponto há uma deriva que extrapola a regionalização imposta pela FD, uma vez que pode se referir tanto a “responsabilidade pela definição dos destinos da sociedade” quanto à “situação do Brasil”. Há uma deriva quando resgatamos o efeito anafórico, o efeito de retroação do que é dito. Para marcar a evidência do sentido, a formação ideológica em questão ganha força simbólica com a partícula “se”. Trata-se de um exemplo. O que isso indica discursivamente? Que o enunciado se disfarça na voz do Outro para ratificar uma posição dada como evidente (professores professam doutrinas políticas). O sujeito parece provocar ruptura no lugar que ratifica a FD que o domina.

A partir deste compartilhamento com a obviedade, com o sentido literal, aparece no recorte o disfarce da marca de contingência “se”. Este efeito de literalidade alcançado por meio do par oposto, de uma disjunção, uma dicotomia estabelecida entre o “professor doutrinador” e o “professor não doutrinador”. A voz de legitimidade do deputado é que daria conta de contornar esta dicotomia, uma vez que a aprovação da referida lei eliminaria por completo a posição do “professor doutrinador”. Deste modo, temos um efeito de literalidade compartilhado com o leitor (a existência do professor doutrinador) para ocultar a voz do Outro do discurso, que no lugar de autoridade sustenta a legitimidade do sentido.

Pêcheux (1993) sinaliza que essas relações “hipotético-dedutivas” presentes no cotidiano também aparecem na “abstração científica”, estratégia pela qual se chegaria “a uma língua logicamente perfeita” (PÊCHEUX, 1993, p.125, expressões do autor). Na região desta lógica aparentemente perfeita, todo professor é um doutrinador. Temos, portanto, a premissa maior de um silogismo. Trata-se de uma engrenagem silogística, que fundamentada em um efeito de sentido literal, não admite outra interpretação.

Do ponto de vista filosófico, Pêcheux (1993) critica o Empirismo Lógico por este apostar nesta lógica fechada. Neste, os particulares egocêntricos russelianos definiriam uma posição do tipo: se você estivesse aqui onde estou, pensaria e faria igual já fiz/faço, porque se trata de uma premissa universal igualmente interpretável para ambos os interlocutores. Tenta-se alcançar o engodo da concordância plena. É uma das formas pelas quais notamos o crescimento de uma “democracia” do consenso. A disputa pelo sentido, a polêmica, a contradição são postas de lado. Recobrem-se as lacunas do simbólico de modo que se possa saber com precisão do que se fala (cf. PÊCHEUX, 1997). É este um mecanismo também notado em:

Recorte 2 - “Na escola que eu estudei (a melhor escola pública do bairrodiga-se de passagem) às vezes não tinha nem professor para fazer essa doutrinação que tanto temem. E quando tinha eram 50 alunos em uma sala que cabia 30, era tanto barulho que o professor mal conseguia explicar a matéria imagina expor qualquer ideologia pessoal. Esse Miguel Nagib não deve fazer ideia de como funciona uma escola para achar que um professor tem tanto poder quanto ele teme” (https://www.buzzfeed.com/alexandrearagao/escola-sem-partido?utm_term=.kn3oZgdL5#.py2aKBm61Acesso 8/2/2018)

Neste recorte, vemos que o sentido de tomar posição por meio da “doutrinação” escapa para a discussão de aspectos estruturais da escola que sequer são cumpridos pelo Estado. Do ponto de vista das condições de produção, a interface entre aspectos sócio-históricos mobilizados e endereçados ao interlocutor resgata parte do que ficou calado, apagado; ou seja, de que para se ter uma escola “com partido”, cujo efeito evidente (literal) é o de que na “doutrinação” tem de haver professor que faça a doutrinação. Isto porque se não há professor, não há doutrinação, logo, não há escola “com partido” para se opor a uma escola “sem partido”.

Neste caso, porém, o encadeamento lógico serve para romper com o sentido dominante porque desconstrói pela lógica esta evidência; ao mesmo tempo que a reproduz, já que implicitamente evidencia-se que haveria doutrinação e escola “com partido”.

O efeito implícito de “com partido” remete ao trecho “esta doutrinação que tanto temem”. É um sujeito dividido, entre um efeito de sentido literal e uma margem de possibilidade de estranhamento. Na sequência, este estranhamento volta a dar lugar a um sujeito-enunciador marcado por meio das formações imaginárias⁴. Ao tentar antecipar uma possível interpretação do leitor, a de que se trata do “professor” e que não se trata de qualquer

⁴ As formações imaginárias definem de forma provisória a imagem que A tem de B no discurso, bem como a imagem que A tem da imagem que A tem de B, e assim sucessivamente, conforme Pêcheux (1993). Nota-se uma influência indireta da noção de sujeito e identificação vista na Psicanálise lacaniana, do ponto de vista do estádio do espelho e também da relação de alienação e separação entre sujeito e Outro.

um. É o professor que faz “essa doutrinação que tanto temem”. Supõe-se que o leitor já mobiliza por uma evidência (do sentido literal) de que doutrinação se trataria.

No cotidiano atual há este modo de circulação de uma evidência nas falas ordinárias. Estas parecem não admitir transformar a cisão imposta pela lógica empirista do particular (individual) *versus* um universal estável e perfeito em uma contradição. Em outras palavras, o efeito de sentido literal se sustenta ora em uma fala do “eu” equivalente a de “todos”, ora em obviedades tão ajustáveis que funcionariam perfeitamente para todos. Trata-se dos campos do “como se fosse” dos “particulares egocêntricos” (expressão de PÊCHEUX, 1993) e sua ilusória possibilidade de falar de todos se fortalece pela “[...] ideia de uma ‘ciência de todo e qualquer objeto’, para a qual existiriam somente *relações pensadas*, esvaziadas de todo ‘ser’: trata-se dessa língua ‘logicamente perfeita’” (PÊCHEUX, 1993, p.126, aspas e itálicos no original).

Incluem-se modos sutis nas próprias Ciências Humanas e Sociais de se falar de modo geral, anônimo, tecno-burocrático, mas deixando de lado o exercício interpretativo, ratificando o “óbvio” e seus desdobramentos autoritários, muitas vezes acusatórios como vemos na circulação da FD “escola sem partido”. Por meio desta concepção de língua que traz em seu bojo a crença de que haveria um sentido tácito do qual o sujeito teria plena consciência e poderia construir pensamento, mas que nem sempre é alcançável por “todos”, reside o arriscado caminho do esclarecimento ou da segmentação por meio de uma lógica disjuntiva que nega a constituição do sujeito intérprete pela linguagem.

Este engodo de que o sujeito falaria pelo pensamento e não pela tomada de posição tem relação com a rigidez interpretativa e moral. A rigidez moral é decorrente de um código interpretativo em tese “mais aprimorado” ao qual ou “todos têm acesso” ou “todos não têm acesso”; é a ilusão da metalinguagem em funcionamento, pois para a parcela segmentada que não teria acesso bastaria a “ilustração” feita por outra parcela detentora do código. De certo, deste ponto de vista, essa parcela poderia interpretar de modo semelhante a um *index* inquisitorial.

Tal postura inquisitorial indica um viés acusatório que supõe um sentido tácito, acessível ao nível do pensamento por sua suposta literalidade. Em tese, no padrão interpretativo deste código moral rígido, se existe uma lógica dominante de todo e qualquer objeto e de todo e qualquer sujeito pensante, há algo já sabido e que se não é combatido, é por “culpa” de quem já sabia e preferiu não manifestar como consciência de algo “falho”, “errado” e que prejudicaria a todos. Seria alguém que perturbaria a lógica perfeita e semanticamente estável. Esta postura voltada aos discursos com valor prático de ação, e que em tese estriam sendo falhos da parte de quem pensa, sabe e não se manifesta para

salvaguardar um suposto “bem comum”, explicaria em parte as manifestações atuais do que se denomina intolerância e ódio.

O terceiro recorte foi mobilizado em função da menção à legislação feita no primeiro recorte. Mais especificamente, em “e poderia ser coibido se aprovada a proposta (PL 867/2015) do deputado federal Izalci (PSDB-DF)”. Vemos uma confrontação discursiva entre o uso do termo “Programa” e o Projeto de Lei 867/2015. Isto porque no projeto de Lei denomina-se “programa escola sem partido” como diretriz para a Educação nacional. Coube-nos perguntar: de que natureza seria esta não coincidência entre “Programa” e “Projeto de Lei”?

No projeto de Lei supracitado vemos:

Recorte 3 - “Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"" (...) O Congresso Nacional decreta: Art.1º. Esta lei dispõe sobre a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional do "Programa Escola sem Partido". <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf> acesso em 2/2/2018.

Quando o texto “inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional” remete à LDB dos anos 1960 e a nova LDB de 1996. Inevitavelmente também à concepção de Plano Nacional de Educação. Trata-se de um efeito do interdiscurso, por uma forma marcada de heterogeneidade discursiva (cf, AUTHIER-REVUZ, 1982). É esta marca da voz do Outro que Authier-Revuz (1982) e Pêcheux (1997) analisam sob o enfoque do “outro sobre o mesmo”, que instala um jogo de alteridade, de aparente distanciamento, mas que funciona oculto, velado, legitimando o que está dito.

Saviani (2000) explica que a principal decorrência de política educacional decorrente da LDB é o Plano Nacional de Educação, o qual deixa clara a forma social capitalista sobre a política educacional como modalidade da política social tratada separadamente da política econômica, mas a esta subordinada. O autor também argumenta que tendo por marco o golpe militar de 1964, há duas visões em choque, a do Estado como planejador da suposta verdadeira independência do país e a da iniciativa privada distante da ingerência do Estado. O predomínio da segunda sob a justificativa de que a “família” deveria escolher a educação a ser dada aos filhos, longe do suposto totalitarismo do Estado, abre brechas para incursões interpretativas como esta que analisamos no projeto de Lei supracitado e em questões, como de orientação de gênero e outras que vale mencionarmos. Podemos interpretar esta marca do PL867/2015 (recorte 3) no primeiro recorte como um lugar de autoridade, de legitimidade e de suposta neutralidade que funciona por efeito de literalidade e de evidência de sentido estabelecido num lugar do “já dito”, o da nova LDB.

O recorte mobiliza, portanto, o sentido literal de uma agenda programática, a ser planejada e cumprida. Pode-se notar um sentido teleológico de antever a História e de clarividência e esclarecimento à população. O questionamento a ser feito é o de que esta anteviés nunca é neutra, posto que comprometida com uma tomada de posição; mesmo do ponto de vista dos rituais democráticos, uma agenda propositiva não requer ser cumprida em sua totalidade, pois pode ser

substituída por outra, desde que respeitados os rituais de proposição, eleição, aprovação, homologação.

Todavia, é denunciada por Saviani (2000) a tentativa da nova LDB de manter um plano como instrumento de política educacional que não corresponde aos interesses da população. Esta não correspondência pode ser entendida como uma tentativa de apagar a polissemia dos sentidos, uma tentativa de calar o debate sobre questões divergentes como da natureza Ética, Estética e Política da própria Educação. Deste modo, o efeito de literalidade em questão para atender aos anseios de um lugar de legitimidade da interpretação previamente estabelecido (pelo interdiscurso) por interesses liberais e de uma visão totalizadora de democracia. Dessa forma, a garantia plena de literalidade esbarra neste efeito ilusório; promete-se, de forma teleológica, o que não se garante nem pelo valor simbólico da lei.

Sendo assim, a proposição de um “Programa” também vem marcar um aspecto de efemeridade, de fluidez, de atendimento a uma clientela. No nível do imaginário, a construção deste interlocutor, colocado “entre” um lugar e outro, mas não em lugar definido parece atender a demanda por uma totalidade supostamente democrática, mas com marcas de autoritarismo. Programa-se um objetivo a que se almeja alcançar. Esta projeção de natureza teleológica ignora a complexidade da conjuntura sócio-histórica em torno e impõe um rumo fundamentado na ilusão do sentido literal.

Haroche (2005) nos mostra que esta concepção de democracia representativa à Tocqueville faz uso da imposição de um padrão democrático que emerge com a consolidação de uma crença em um modelo de Personalidade, de gestual, de deferência no espaço público e em que a aparência de livre expressão porta uma roupagem de assepsia e neutralidade atraente, porém que merece atenção. Orlandi (2014, p. 30), por sua vez, também discute esta presença de Tocqueville na concepção atual sobre democracia em que “A liberdade é a pedra de toque: o poder moral da pessoa humana e seu dever e direito de encarregar-se de si mesma, não deixando a ninguém essa prerrogativa”. Na linha, a nosso ver, de um efeito paradoxal que conta com o efeito de literalidade, nos recortes acima analisados. Esta voz de concordância entre “todos” no combate a suposta doutrinação indica um efeito de *slogan* também presente em outros programas governamentais (PEREIRA, 2018).

b) Efeito de *slogan*

Notamos também que as formulações em torno de “escolas sem partido” funcionam de modo análogo aos *slogans* de propaganda política analisados por Possenti (2009a). É principalmente decorrente da análise do quarto recorte.

Recorte 4 - MP NO DEBATE - "Escola sem partido" é mordaça contra realização plena do educando <http://www.conjur.com.br/2016-set-05/mp-debate-escola-partido-mordaca-realizacao-plena-educando>. Acesso em: 23/2/2017.

A marcação do *slogan* divide quem seria a favor ou contra a “mordaça”, determinada por um código moral que instala uma lógica disjuntiva. Isto se liga a esta convergência para o sentido dominante (efeito de literalidade) de partido político. O efeito de *slogan* aparece em nosso quarto recorte, pois sustenta o uso do enunciado mobilizando o sentido implícito em relação ao efeito de literalidade acima analisado.

Nas palavras de Possenti (2009a):

Os *slogans*, em especial, os políticos, e mais especialmente os veiculados em campanhas eleitorais, retomam *slogans* anteriores, de outras campanhas, ou são construídos a partir de enunciados correntes, sejam eles de ordem ética e moral, sejam os lugares-comuns que resumem ideologias partidárias, e o que os coloca nos domínios das relações intertextuais e interdiscursivas (p. 127)

Em outras palavras, uma “escola com partido” supõe que haveria “escola sem partido”, que por sua vez, suporia contraditoriamente uma “escola com mordaça”. A mordaça seria aprisionar o sentido, fazer parecer literal que haveria “partido” onde, de outro modo, não se garante haver posto que o sentido em si não existe. Vale notar que este jogo imaginário, no sentido discutido por Pêcheux (1993) da imagem que “A” tem da imagem que “B” tem de “A” sugere um embate entre *slogans*. Tal como no confronto de grupos rivais, haveria vozes a serem definidas pelo que é ou não é “X”; no caso, o que é ou não é “partido”, “mordaça”. Mas de que maneira este efeito de *slogan* é sustentado?

Vemos que neste recorte há uma referência explícita e marcada do que se pretende definir. Não é à toa que “escola sem partido” vem marcado por aspas antes do uso do determinativo marcado pelo verbo “é”. Deste modo, temos que “escola sem partido” é “mordaça” (recorte 4, aspas no original). Por conseguinte, pode-se perguntar: “escola sem mordaça” é “escola sem partido”? Novamente, temos a não equivalência e a relação de implicação do discurso transverso. Mas, cabe perguntar: teríamos dois *slogans* antagônicos, à maneira dos *slogans* de propaganda política, que tal como afirma Possenti (2009a) mobiliza lugares-comuns de um código moral?

Parece-nos possível afirmar que este efeito de *slogan* é pertinente; pertinente como efeito de *slogan* (“escola sem partido” *versus* “escola sem mordaça”) porque fundamentado em um efeito de literalidade, como se “sem partido” recorresse somente ao sentido de “sem um determinado partido político” ou uma determinada corrente partidária ou de um código moral. Porém, é possível “tomar partido” sem a submissão total a um código específico.

Além disso, vemos como são marcadas contradições. Uma vez que “escola sem partido” está entre aspas, está marcado que se trata da presença do Outro no discurso. Deste modo, subverte-se o efeito dominante que indica que “sem partido” é uma escola livre, sem posição; e marca-se que, de outro modo, “sem partido” é “com mordaça”, ou seja, com restrições. Podemos afirmar que há um embate entre *slogans*, pois retomam “enunciados correntes” (cf. POSSENTI, 2009a).

Em meio a isto, devemos lembrar que o efeito de polarização é um efeito do imaginário. É o imaginário que estabelece uma tentativa de marcar previamente um lugar numa teia de sentidos, como lugar previamente calculado. O conceito de imaginário permite a Pêcheux (1993), seguindo alguns pressupostos lacanianos, problematizar a dúvida, a incerteza, o vacilo, a imprecisão, a não coincidência entre posições-sujeito. Faz parte do jogo da interpelação sem o qual não há sujeito e paradoxalmente, ilude-se o sujeito ao fazê-lo acreditar que sujeito pode ser reduzido a uma forma empírica, à forma-indivíduo, destituindo-o do exercício da interpretação.

O próprio imaginário, paradoxalmente, disfarça o assujeitamento constituinte de sua natureza a um lugar de autoridade. No caso da propaganda política marcada pelo *slogan*, por esta voz de “todos e de ninguém”, o contorno da dúvida mantém o lugar sujeito à interpretação como um lugar de ter clareza, pelo efeito de literalidade que livraria o sujeito do vacilo, e, assim, permite poder expressar uma opinião sobre uma escola com ou sem “partido”, com ou sem “mordaça”.

Com a análise deste quarto recorte não se trata de identificar ou marcar com precisão se foi nesta manifestação do Ministério Público ou de outra organização que começa a circular o enunciado “escola sem mordaça”, mas indicar que este enunciado ao funcionar como *slogan* passa a ter caráter propagandístico e talvez também instale algumas formulações na mesma zona de sentido cooptada em alguns usos de “escola sem partido”. Afinal, mais uma vez, não se trata de um lugar qualquer, mas marcado pelo lugar de autoridade jurídica. Deste modo, “escola sem mordaça” funciona em uma mesma formação discursiva.

O efeito de *slogan* acima analisado também nos remete ao efeito do esquecimento número um segundo Pêcheux (1993) e à maneira pela qual a ilusão imaginária de origem do sentido está fundamentada nos discursos transversos que atravessam o silogismo.

Recorte 5:“Grande utopia. Não existe e nunca existirá escola sem partido, todo fato histórico contém uma ideologia e toda pessoa, inclusive os professores, tem sua ideologia. O que se deve apoiar e implementar na escola é a política do debate, respeitando todas as ideologias e crenças..(...) Guilherme Fernandes Por tratar o respeito como utopia é um dos motivos do ódio que permeia a sociedade atual devido as divergências ideológicas” .

(https://www.buzzfeed.com/alexandrearagao/escola-sem-partido?utm_term=.etXvVQZ0m#.fdWnxLWNQ . Acesso 8/2/2018)

Neste recorte, o que está evidente é que uma escola sem partido seria da ordem do impossível. Esta impossibilidade nega uma possível contingência do tipo “uma escola sem partido seria possível se”. A marcação “se” é inviável, por conta desta impossibilidade. Afinal, o impossível não pode ser marcado pela partícula que designa contingência.

Vemos que o não dito “escola com partido” (afinal, o debate em torno de “escola sem partido” comporta este implícito) retorna como expressão comum, clichê, por efeito de *slogan* em “política do debate”. A expressão “política do debate” evoca outros designativos lugares-comuns em campanhas políticas e governamentais, como “política de (de habitação, de educação, de saúde, etc.)”. Deste modo, recupera-se um lugar do “já dito” familiar, naturalizado ao interlocutor.

Nesta parte da análise, é possível recuperar também um uso do silogismo que se pode depreender deste recorte, a saber: Todo fato histórico contém uma ideologia e toda pessoa, inclusive os professores contém uma ideologia (premissa maior); todos os professores (que são pessoas) têm sua ideologia (premissa menor); logo, qualquer pessoa (professor ou não) contém uma ideologia.

Como já apontamos acima, este mecanismo do silogismo para sustentar o efeito de articulação dos enunciados sustenta a naturalização de sentido também pela ilusão de centro da forma-sujeito indivíduo. Neste caso, esta evidência é marcada por uma articulação hermética que cerca outra interpretação possível, uma vez que o silogismo não admite uma singularidade na interpretação. A fórmula universal ali articulada indica uma formulação fechada análoga a de um *slogan* e que se pode denominar de genérico discursivo (ver TFOUNI, 2010). Este fechamento intercepta a possibilidade de deriva dos enunciados e pode ser entendido como o mecanismo de uma FD que permite dizer que “escola sem partido” indica implicitamente “ter uma ideologia” independente do designativo (pessoa, escola, professor, etc.). Isto porque se é possível afirmar que existiria uma “escola sem partido” implicitamente existiria “escola com partido” e o sentido de partido em jogo é o de portar uma ideologia. Vemos neste recorte outro modo do efeito de *slogan* recorrer a enunciados tal como Possenti (2009a) argumenta.

Em suma, a análise do efeito de *slogan* diz respeito ao fato de parecer enunciar de maneira unívoca acerca da questão para promover união em nome de um lugar do sentido, lugar este sustentado por uma literalidade. Ocorre que as posições discursivas do sujeito são constantemente reconfiguradas na estrutura da linguagem, de modo que a ilusão de univocidade faz prevalecer a forma-sujeito indivíduo por uma questão de estabilidade

semântica da língua, o que não deixa de lado a possibilidade de retomadas comprometidas com rupturas e simulacros.

c) Efeito de simulacro

Para Possenti (2009a) em AD a discussão sobre interdiscurso aborda a noção de FD chamando a atenção para os limites do efeito de “exterioridade” do interdiscurso nos discursos, para os complexos processos de contra identificação e também em certa medida de resistência e dos limites que alguns efeitos de pré-construído teriam em uma dada FD apontando para “os pré-construídos cujo sentido é evidente para esta FD” (POSSENTI, 2009a, p. 156). Um caso especial dessa discussão aponta para a noção de simulacro, aquelas em que:

Há construções cujo efeito é idêntico ao do pré-construído, e que, no entanto, não se encontram no interdiscurso. Ou seja, não pertencem, a rigor, a discurso nenhum. A única explicação para seu aparecimento é um dos efeitos da relação de polêmica, o simulacro. (POSSENTI, 2009a, p.154).

Em suma, o uso de “escola sem partido” não garantiria uma polêmica, mas um possível efeito de “relação de polêmica” (expressão do autor). Desta forma, representa-se uma polêmica.

É sabido que o simulacro deriva de FDs confrontadas e que “derivam mais claramente do interdiscurso no sentido mais restrito de espaço discursivo, ou seja, são constitutivamente interdiscursivos, o que quer dizer que só vêm à existência como efeito de polêmica” (POSSENTI, 2009a, p. 165).

Vejamos, portanto, o destaque “não vou ler este livro aí, é obra de Satanás” em:

Recorte 6- O que seria da literatura numa “escola sem partido”? Dom Casmurro, de Machado de Assis, continuaria a ser um romance de adultério. Aconteceu em meados de 1990. O aluno, de família religiosa, dirige-se ao professor e afirma, em alto e bom som: “Não vou ler esse livro aí, é obra de Satanás”. A obra em questão era *Noite na taverna*, de Álvares de Azevedo, o romântico brasileiro discípulo de Byron e Musset, que temperou os enredos de seus contos com cemitérios, crânios humanos e orgias à meia-noite. À época, não havia sombra do debate sobre a “escola sem partido”, frequente no ambiente de extrema polarização política que hoje toma conta do Brasil. Mas o fato – verídico – revela a impossibilidade de trabalhar com a literatura numa escola pretensamente neutralizada de qualquer questionamento histórico, político, social ou comportamental. Para os defensores da ideia de uma “escola sem partido”, que ameaça a educação nacional, *Dom Casmurro*, obra-prima de Machado de Assis, continuaria a ser um romance de adultério. E Capitu, a Madame Bovary dos trópicos, a Anna Kariênenina que pudemos ter. A interpretação hoje consagrada do narrador ambíguo e não confiável, representante da elite patriarcal brasileira, que suprime sua insegurança impondo cruel destino à esposa, seria considerada esquerdismo militante, influência *feminazitalvez*. Para eles Capitu é culpada, não há dúvida (http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/20/opinion/1469018989_707134.html). Acesso em 8/2/2018.

Defendemos que no recorte acima há a representação, um efeito de simulacro a que uma suposta polêmica é submetida. Para demonstrar isso, inicialmente lembremos Pêcheux (1993) para quem não há equivalência e nem implicação plena entre os discursos. Deste modo, se evocamos novamente o implícito que aparece em “escola sem partido” (ou seja, escola com partido), partimos do pressuposto que não se equivalem (não há sinonímia, nem substituição plenamente possível) nem mesmo se implicam. Em outras palavras, “escola com partido” não remete diretamente à “escola sem partido”, sobretudo, por meio da submissão ao sentido dominante que faz crer que se trata de partido político. Isto porque não é o sujeito empírico que interpreta, mas o lugar sujeito à interpretação pode ser outro lugar, deslocado do sentido dominante de partido político, como se nota no recorte 6. Ou seja, se haveria uma equivalência, ela apareceria, como aparece neste recorte, por efeito de polêmica. E por isso, trata-se de uma marca interdiscursiva eminentemente efeito de simulacro.

Esta inclinação à polêmica pode ser vista com o uso do enunciado “é obra de Satanás” que mobiliza uma lógica disjuntiva diante de diversas questões polêmicas, como partidarismo político, aborto, uso de drogas, e diversos outros temas. Ou se está ao lado de “satanás” e se tem uma posição clara (literal, evidente) sobre esses temas ou se está de outro lado e se tem outra posição. Há um simulacro de polêmica, de polissemia, mas que não se sustenta como posição discursiva, uma vez que o lugar sujeito à interpretação se desloca. Há um lugar de suplência em relação ao debate em torno destas questões. Este deslocamento do eixo interessa à AD uma vez que o sujeito aparece às margens. Acreditamos que o conceito de simulacro é pertinente para analisar este deslocamento.

No espaço da polêmica, há deslocamentos para a obra “Noite na Taverna” e a personagem “Capitu” de Machado de Assis. Em outras palavras, há um efeito de pré-construído que resgata o “já dito” sobre a impossibilidade de tomar partido na suposta traição de Capitu e que é recuperado quando neste mesmo recorte temos a marcação de que tomar partido, portanto, diferente do que aparece pelo sentido literal de tomada de posição partidária pode também se referir, no espaço desta polêmica, a tomar posição acerca de qualquer polêmica.

Deste modo, “escola sem partido” marcado pela atribuição de ruptura que circula no interdiscurso em relação à quebra de um código moral marcado por aspas no destaque de uma fala de aluno dirigida a um professor, convive com o efeito de simulacro, pois sua própria existência, seu reconhecimento como parte de uma região discursiva reconhecida pelo Outro depende de um constituinte polêmico.

Também fazemos notar neste recorte que o uso das aspas em “escola sem partido” retroage com o uso da relativa explicativa “que ameaça a educação nacional”. Em suma, o

sujeito do discurso recupera parte do sentido dominante da formulação “escola sem partido” contornando a imposição de sentido único para fazer parecer que abre um espaço de polêmica. Este aparente espaço de polêmica também pode ser indiciado em “esquerdismo militante, influência *feminazi* talvez”, pois abrem-se várias possibilidades de interpretação em torno do uso “escola sem partido”, mas uma vez, em ruptura com o sentido dominante de “sem partido político”. No entanto, não há posição definida, pois as formulações em questão podem se referir a uma escola com ou sem partido.

A complexidade dessas formulações está na dificuldade de se delimitar seu pertencimento a uma dada FD, pois essas formulações somente se constroem na própria polemica que as constitui. Deste modo, “se se quer dizer que pertencem a uma FD, ter-se-ia que especificar, ainda assim, que sua “origem” deve ser atribuída ao mecanismo que gera o simulacro” (POSSENTI, 2009a, p. 168, aspas originais do autor).

Por conta deste mecanismo complexo do interdiscurso (o de simulacro) salientamos que não é fácil responder muitas das questões aqui apresentadas. Destacamos também que os dispositivos de análise aqui elencados (efeito de literalidade, *slogan* e simulacro) se desdobraram principalmente de um debate sobre a noção de FD são apenas um caminho de análise discursiva possível dentre outros.

Nosso caminho foi tentar delimitar, em meio ao que pode e deve ser dito na conjuntura da circulação da formulação “escola sem partido”, caminhos de análise que fazem dialogar a noção de FD com a dinâmica interpretativa do sujeito estrategista e intérprete no cotidiano.

Como foi mostrado, o efeito de literalidade garante uma delimitação do sentido na circulação da formulação “escola sem partido” (efeito de uma FD) que garantiria a todos a possibilidade de estar voltado a um “bem comum”. Esta evidência (literal) mobilizaria a todos da mesma maneira, tal como um *slogan*. Foi desta maneira que chegamos à análise do efeito de *slogan*, do efeito de uma voz uníssona de combate a uma suposta doutrinação; bem como analisamos o efeito de simulacro, que marca no aparente espaço de polêmica deslocamentos do centro do sentido imposto pelo sentido literal, fazendo parecer que outros temas polêmicos podem substituir, por sinônima, a formulação “escola sem partido”. Como a substituição plena é uma ilusão do sujeito do discurso, a sobreposição de outras polêmicas não permite romper com o sentido dominante.

Considerações finais

A análise aqui apresentada não teve pretensão de esgotar o debate em torno da complexidade enunciativa da delimitação de uma FD pela formulação enunciativa “escola

sem partido”. Pudemos destacar que se trata de uma FD articulada a mecanismos discursivos complexos que podem ser analisados a partir de outros dispositivos analíticos caros à AD.

Para tanto, analisamos o jogo de sentido decorrente da circulação do enunciado “escola sem partido”, entendido como uma Formação Discursiva; além disso, tanto apontamos que há falhas por parte do processo de distribuição de sentidos neste processo de delimitação da FD, quanto apontamos no decorrer da análise o efeito de literalidade, de *slogan* e de simulacro. Estas questões analítico-conceituais do campo da AD permitem apontar o estabelecimento de frentes de análise em torno de uma formulação que, no cenário atual, ganhou força no espaço público.

Foi assim que as interpretações aqui realizadas desvelaram alguns efeitos de literalidade e, por decorrência de *slogan* e simulacro, apontando um jogo de dominância que tende para uma pretensão de universalidade submetida a uma formação discursiva dominante em torno do enunciado “sem partido” sustentado por meio de enunciados em que se notam aparentes contraposições como “sem mordaça”. Esta rede de filiação analisada indica como sentidos pré-construídos consolidam evidências em torno de “escola sem partido” numa conjuntura midiática que falseia polêmicas, que indica polissemia onde impera gestos monolíticos para a leitura do sujeito comum.

Uma vez que as dimensões “Ética” e “Política” da Educação clamam por investigações que deem conta, ao menos em parte, do estranhamento que se possa fazer do ordinário, do lugar-comum, do que parece evidente, acreditamos que esta análise pode contribuir para deslocar os efeitos de literalidade, *slogan* e simulacro também presentes no debate acadêmico-científico, ao apostar em contornar a imposição de um sentido único.

Em torno da Formação discursiva há o que falha, no panorama do que Pêcheux (1997) denominou de real da língua e da História. É por isso que é possível que sempre haja deriva dos sentidos, e mudança de posições-sujeito. Sendo assim, possibilidade de mudança frente ao que parece literal. Acreditar que o sentido literal é o único caminho na linguagem seria supor apenas um modo de interpelação ideológica e, com isso, supor a certeza de um sujeito universal.

A AD ensina que a interpelação do sujeito lida com a dimensão entre parte e todo e o arbitrário na linguagem do ponto de vista de uma conjuntura sócio-histórica. Por estas razões, incluindo a de que o sujeito é sempre uma posição, a FD “escola sem partido” está atravessada pela dimensão do impossível, o que pode ser compreendido pelo que Pêcheux (1997) denominou de dimensão do real das “coisas a saber”. No em torno há furo, há possibilidade de outras interpretações. Isso nos salva do efeito ideológico, registrado no imaginário, de imposição do sentido literal. No em torno não há só buraco, só aquilo que

falha. Mas é porque algo falta e falha que também sempre é possível dizer algo de outra maneira e de outro lugar, ainda que a FD em questão faça parecer que saturou o debate e que o sentido possa ser literal.

Como se nota, a formação discursiva em torno do enunciado “escola sem partido” naturaliza uma evidência de sentido que requer um esforço interpretativo; esforço este necessário para deslocar-se da superficialidade lingüístico-discursiva e problematizar seu modo de tentar consolidar ao nível do imaginário uma impossibilidade, a de se isentar de uma tomada de posição-sujeito que considere dois pilares cruciais para a Educação, a Ética e a Política. Além de outros gestos de leitura de *corpus* equivalente ao aqui analisado, a contribuição da Psicanálise do ponto de vista da Educação como tarefa impossível poderia também indicar outros caminhos de análise e debate para a questão ora apresentada.

Referências

- ARAGÃO, Alexandre. Entenda quais são os pontos polêmicos do escola sem partido. Rede global multi plataforma Buzzfeed. 2016. Homepage: www.buzzfeed.com. Data de publicação: 19/07/2016. Disponível em: https://www.buzzfeed.com/alexandrearagao/escola-sem-partido?utm_term=.kn3oZgdL5#.py2aKBm61
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive : éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV: revue de Linguistique**, Paris, v.26, n.2, p. 91-151, 1982.
- BRASIL. Projeto de Lei nº. 867 de 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola sem Partido”. Câmara dos Deputados. Brasília, 2015.
Disponível em:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=3AFDD65B1A475D0B85FE2A43BE3D1331.proposicoesWeb1?codteor=1317168&filename=Aulso+PL+867/2015. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. São Paulo/SP: Forense, 2012.
- GENTIL, Plínio. “Escola sem partido” é mordaca contra realização plena do educando. Revista Consultor Jurídico. 2016. Boletim de notícias Conjur. Homepage: www.conjur.com.br. Data de publicação: 5/9/2016. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2016-set-05/mp-debate-escola-partido-mordaca-realizacao-plena-educando>
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História**. Tradução de Federico Carom. São Paulo/SP: Cia das Letras, 1989.
- GUILHAUMOU, Jacques. Où va l’analyse de discours ? Autour de la notion de formation discursive. **Texto !** Disponível em: http://www.revue-texto.net/Inedits/Guilhaumou_AD.html. juin 2004 [enligne]. Acesso em 15 dez.2017.
- HAROCHE, Claudine. O comportamento de deferência: do cortesão à personalidade democrática. Tradução de J A. Seixas. In.: **História: Questões & Debates**. Curitiba: ed. da UFPR, v.42, n.1, p.115-139, 2005.

HENRY, Paul. **A Ferramenta imperfeita: língua, Sujeito e discurso.** Tradução de Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 1992.

LOZANO, José Ruy. O que seria da literatura numa “escola sem partido”? Homepage: www.brasil.elpais.com. Data de publicação: 20/7/2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/20/opinion/1469018989_707134.html

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001a.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **A linguagem e seu funcionamento.** Campinas/SP: Pontes, 2001b.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias? In.:

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. (orgs.). **Linguagem, sociedade, políticas.** Pouso Alegre/MG: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014. 29-39 (Coleção Linguagem & Sociedade).

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de E.P. Orlandi et all. 2^a.ed. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso:** estrutura ou acontecimento? Tradução E. P. Orlandi. Campinas/SP: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A análise de discurso na França). In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux – textos escolhidos por E. P. Orlandi. Tradução de E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2014. 227-230.

PEREIRA, Anderson de Carvalho. Os discursos da Educação em slogans do cotidiano e nos pactos governamentais. **Revista de Educação & Filosofia (UFU)**, vol.32, n.65, 2018.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas de discurso.** São Paulo/SP: Parábola, 2009a.

POSSENTI, Sírio. **Nos limites do discurso:** ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo/SP: Parábola, 2009b.

RECONDO, Felipe. STF e um recado para quem defende a escola sem partido: O que a jurisprudência do Supremo ensina sobre a liberdade em sala de aula. Site JOTA, 1-1, 2016. Homepage: www.jota.info. Data de publicação: 23/06/2016. Disponível em: <https://jota.info/artigos/supremo-e-um-recado-para-quem-defende-escola-sem-partido-23062016>

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano de Educação: por uma outra política educacional.** 3^a.ed. Campinas/SP: autores associados, 2000.

TFOUNI, Leda Verdiani. O dado como indício e a contextualização: Do (a) pesquisador nos estudos sobre compreensão da linguagem. **Revista D.E.L.T.A.**, vol. 8, n. 2, 205-223, 1992.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização.** 9^a.ed. São Paulo/SP: Cortez, 2010.

Revisores

Língua Portuguesa	Fabio Elias Verdiani Tfouni <i>E-mail:</i> fabiotfouni@hotmail.com
Língua Inglesa	Felipe Watarai <i>E-mail:</i> fwatarai@yahoo.com.br
Língua Francesa	Paula Chiaretti <i>E-mail:</i> chiaretti.paula@gmail.com